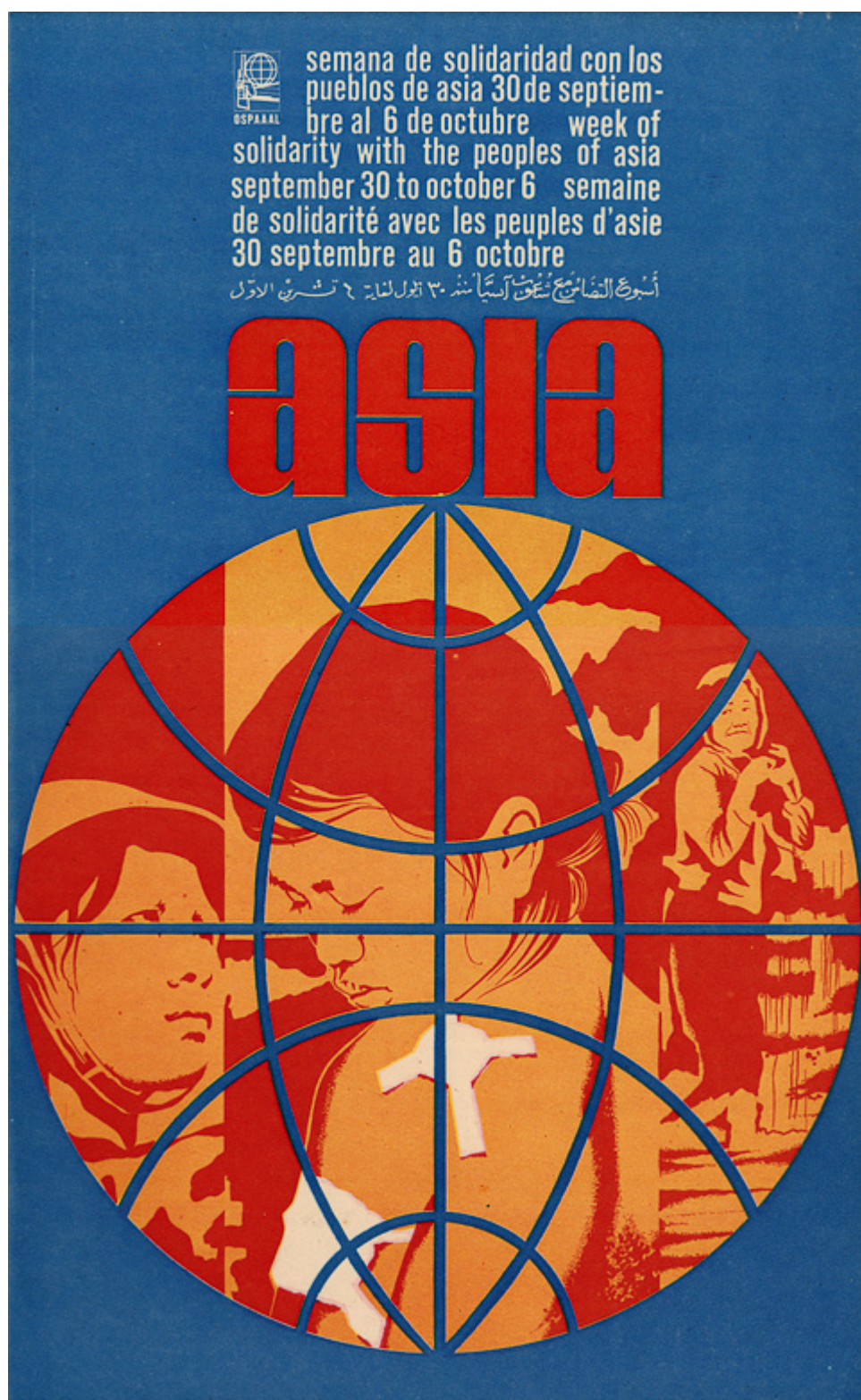


## **O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável | Carta semanal 52 (2025)**



Artista desconhecido (Ospaaal), *Week of Solidarity with the Peoples of Asia* [Semana de solidariedade com os povos da Ásia], 1968. Cortesia de The Radical Media Archive.

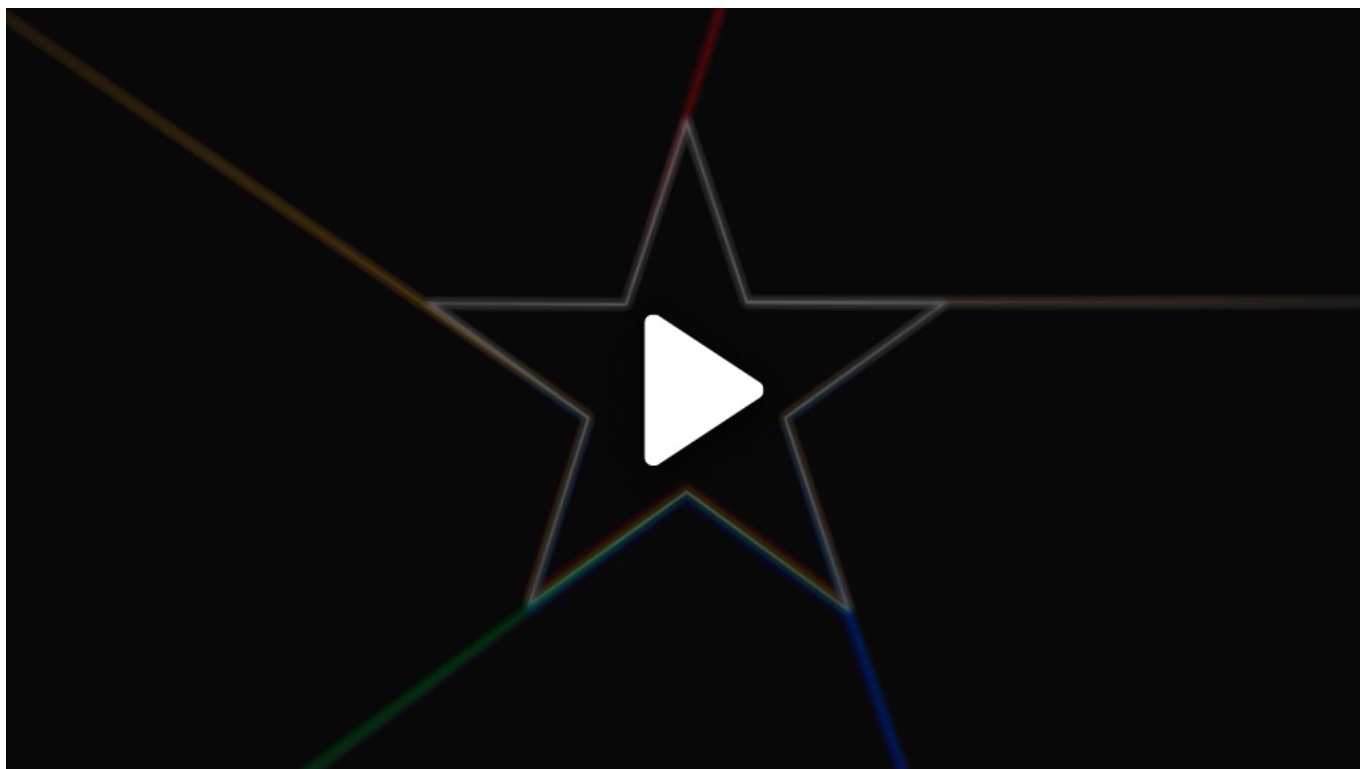
Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

*Em memória de Mehdi Ben Barka (1920-1965), em cujos passos caminhamos.*

Há quase sessenta anos, em janeiro de 1966, centenas de revolucionários de todo o Terceiro Mundo se reuniram em Havana, Cuba, para a Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina — a Conferência Tricontinental. Lá, eles discutiram a *inevitabilidade* da descolonização e suas ideias para um mundo além do imperialismo. Fidel Castro e os outros organizadores convocaram a conferência para reunir as duas correntes da revolução mundial: a corrente da revolução socialista e a da libertação nacional. Os delegados perceberam a necessidade de radicalizar os ideais de soberania que haviam sido expressos dez anos antes na **Conferência de Bandung**. Eles estavam frustrados com o fato de que a ordem mundial continuava presa às estruturas do neocolonialismo que mantinham até mesmo os países recém-independentes em ciclos de subdesenvolvimento, com partidos de libertação nacional antes revolucionários se desmobilizando assim que novas bandeiras eram hasteadas e novos hinos começavam a tocar.

Para comemorar o legado da Conferência Tricontinental, que dá nome ao nosso instituto, lançamos este mês **o dossiê n. 95** *O imperialismo será inevitavelmente derrotado: o ressurgimento do Espírito Tricontinental* (dezembro de 2025). Ao longo de 2026, também organizaremos várias discussões e seminários on-line e presenciais (o primeiro deles, co-organizado com o Clacso, o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, pode ser visto **aqui**). No dossiê, argumentamos que, enquanto o Espírito de Bandung estava ancorado em uma insistência na soberania e no multilateralismo, o Espírito Tricontinental vai além, fundamentando a verdadeira emancipação na dignidade e na luta de classes.



Uma das principais ideias das eras Bandung e Tricontinental era que a dignidade não pode ser alcançada sem desenvolvimento — e que o direito ao desenvolvimento pertence a todos os povos do mundo. Em novembro

de 1957, a Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) adotou a **Resolução 1161 (XII)** sobre Desenvolvimento Econômico e Social Equilibrado e Integrado. Quatro anos depois, em 1961, a AGNU **declarou** que a década de 1960 seria a “Década do Desenvolvimento das Nações Unidas”. Em maio de 1968, no final daquela década, os delegados da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Direitos Humanos em Teerã, no Irã, adotaram a **Proclamação de Teerã**, que advertia:

A diferença cada vez maior entre os países economicamente desenvolvidos e os países em desenvolvimento impede a realização dos direitos humanos na comunidade internacional. O fracasso da Década do Desenvolvimento em atingir seus modestos objetivos torna ainda mais imperativo que cada nação, de acordo com suas capacidades, faça o máximo esforço possível para fechar essa lacuna.

A Conferência Tricontinental foi realizada no meio dessa década de desenvolvimento. Naquela época, já havia um claro reconhecimento entre os principais países do Terceiro Mundo de que a estrutura de desenvolvimento da ONU não poderia fechar a lacuna enquanto a economia global permanecesse organizada de acordo com estruturas de dependência. Depois de Teerã, seriam necessárias quase duas décadas para que a ONU adotasse uma declaração sobre o direito ao desenvolvimento. Em 4 de dezembro de 1986, quando muitos países do Terceiro Mundo já estavam entrando em colapso sob o peso de uma crise da dívida que se estenderia até a década de 1990, a AGNU finalmente **adotou** a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. O documento brilhava com os melhores ideais:

O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais podem ser plenamente realizados (Artigo 1.1).

...

Os Estados devem adotar, em nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento e devem garantir, *entre outras coisas*, a igualdade de oportunidades para todos no acesso a recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, moradia, emprego e distribuição justa de renda. Medidas efetivas devem ser tomadas para garantir que as mulheres tenham um papel ativo no processo de desenvolvimento. Reformas econômicas e sociais apropriadas devem ser realizadas com o objetivo de erradicar todas as injustiças sociais (Artigo 8.1).

Os Estados devem incentivar a participação popular em todas as esferas como um fator importante no desenvolvimento e na plena realização de todos os direitos humanos (Artigo 8.2).

Esses ideais estão consagrados nas resoluções e declarações da ONU não por causa do altruísmo do Norte Global, mas porque centenas de milhões de pessoas em movimentos anticoloniais e socialistas lutaram por eles.





Rafael Morante Boyerizo (Ospaaal), *No to Militarism and Hunger* (*Não ao militarismo e à fome*), 1981. Cortesia de The Radical Media Archive.

Dois anos após a adoção da declaração, o Banco Mundial publicou o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* (1988), que constatou que a dívida externa total do Terceiro Mundo havia atingido mais de 1,035

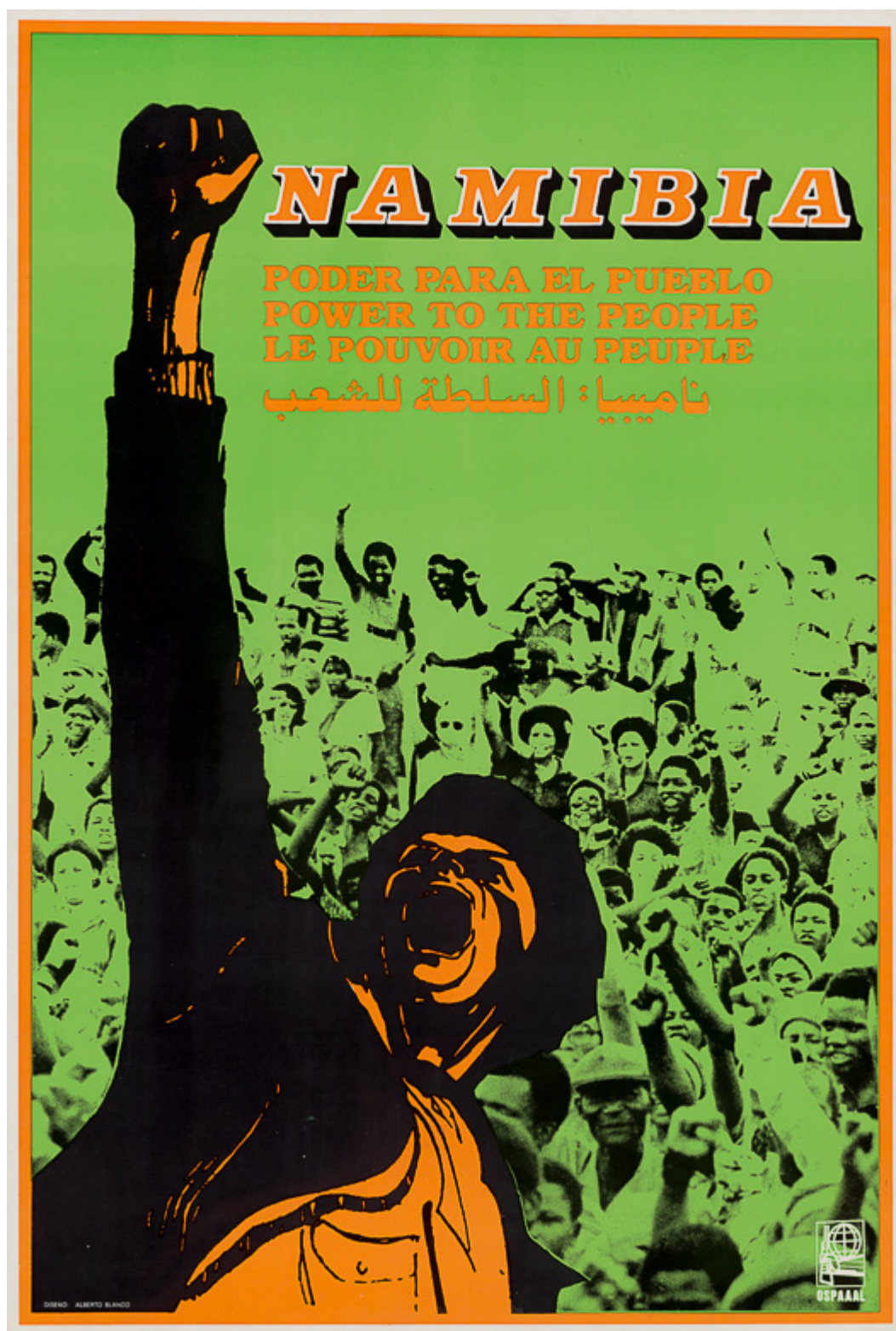
trilhão de dólares em 1986, um salto impressionante em relação aos 560 bilhões em 1982 e aos 130 bilhões em 1974. O relatório observou: “Suas dívidas [dos países do Terceiro Mundo] estão crescendo, mas eles ainda enfrentam transferências de recursos líquidos negativas porque as obrigações do serviço da dívida excedem os valores limitados de novos financiamentos. Em alguns países em desenvolvimento, a gravidade dessa queda econômica prolongada já ultrapassa a da Grande Depressão nos países industrializados e, em muitos países, a pobreza está aumentando”. O Fundo Monetário Internacional chegou a uma conclusão semelhante em sua própria **avaliação**, que colocou a dívida total do Terceiro Mundo em 916 bilhões de dólares, um número ligeiramente inferior que ainda apontava para a mesma tendência.

No próximo ano, será comemorado o quadragésimo aniversário da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento, mas poucas pessoas comemorarão. Desde 1986, tem havido **esforços** no sistema de direitos humanos da ONU para passar de uma declaração não vinculativa, em grande parte simbólica, para um instrumento juridicamente vinculativo. No entanto, esses esforços têm enfrentado resistência constante das nações mais ricas, que veem esse instrumento como prejudicial ao seu monopólio sobre a riqueza e os recursos.

Em outubro de **2021**, por exemplo, o Conselho de Direitos Humanos adotou sua resolução anual sobre o direito ao desenvolvimento por uma votação de 29 a 13, com 5 abstenções. Os 13 votos contra vieram todos de países do Norte Global. Dois anos depois, em outubro de **2023**, quando o conselho votou para enviar um projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento para a AGNU, a resolução foi novamente aprovada por 29 votos a favor, 13 contra e 5 abstenções. Todos os votos contra, mais uma vez, vieram dos países do Norte Global. É evidente que, apesar do apoio retórico do Norte ao desenvolvimento, ele gastou muita energia para reduzir o tamanho das resoluções da ONU sobre desenvolvimento e até mesmo impedir qualquer discussão sobre o alívio da dívida, uma etapa crucial para o desenvolvimento do Sul Global.

Essa é a contradição no cerne do direito ao desenvolvimento: proclamado como inalienável, mas negado na prática. O Dossiê n. 95 retorna à insistência do Espírito Tricontinental de que a emancipação não pode ser medida por bandeiras e discursos, mas pelo fato de a vida das pessoas melhorar materialmente. O desenvolvimento não é um *slogan*, nem um conjunto de metas a ser gerenciado de cima para baixo. É o direito de expandir a capacidade das pessoas de viver com dignidade. Mas esse direito permanecerá fora do alcance da maioria da humanidade enquanto o serviço da dívida, as medidas econômicas coercitivas e as guerras continuarem a drenar a riqueza social das nações mais pobres. As aspirações de desenvolvimento do Sul Global não serão alcançadas nos corredores da ONU; elas só se tornarão realidade por meio de uma luta organizada que obrigue as instituições e os Estados a agir.





Alberto Blanco González (OSPAAAL), *Namibia: Power to the People* [Poder para o povo!], 1981. Cortesía de The Radical Media Archive.

O ano está chegando ao fim, assim como a primeira década de nossa existência como instituto de pesquisa. Começamos com a ambição de ser o *think tank* intermovimento do Sul Global, com nossos pés enraizados nas

mais de duzentas organizações de trabalhadores e camponeses e nos movimentos políticos que compõem a rede da **Assembleia Internacional dos Povos**. Ao longo da última década, percebemos que tínhamos duas tarefas principais: primeiro, ampliar as opiniões dos movimentos e estimular um debate entre eles e na sociedade; segundo, construir uma **nova teoria do desenvolvimento** para quando nossos movimentos chegarem ao poder e tiverem a obrigação de remodelar a sociedade e nos levar a um futuro melhor, além dos grilhões do capitalismo. À medida que nosso mandato crescia, o escopo de nosso trabalho também aumentava.

Por esse motivo, e porque você acredita em nossa missão, esperamos que decida apoiar nosso trabalho por mais um ano. Dependemos de sua solidariedade para mantê-lo. Há muitas maneiras de contribuir:

1. Se quiser participar de nossa Brigada Tricontinental de Estagiários, escreva para **[intern@thetricontinental.org](mailto:intern@thetricontinental.org)**
2. Se você quiser nos ajudar com trabalhos de edição e tradução, escreva para **[volunteers@thetricontinental.org](mailto:volunteers@thetricontinental.org)**
3. Se você quiser fazer uma contribuição financeira, escreva para **[donations@thetricontinental.org](mailto:donations@thetricontinental.org)**

Contamos realmente com seu apoio para dar continuidade a esse trabalho.

Esperamos que você se una à nossa comunidade Tricontinental.

Cordialmente,

Vijay